

PODER

Defesa firme da democracia

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo, reafirma importância do julgamento da tentativa de golpe e alerta para os riscos à ordem democrática. No Congresso, cresce a pressão pela anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023

» EDUARDA ESPOSITO
» LETÍCIA CORRÊA*
» RAFAELA BOMFIM*

Em meio à discussão sobre a votação de um projeto de anistia ou dosimetrias das penas no Congresso, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, saiu em defesa da democracia e do julgamento da tentativa de golpe de Estado. Durante evento literário no Rio de Janeiro, a ministra comparou a ditadura com uma erva daninha. “A erva daninha da ditadura, quando não é cuidada e retirada, toma conta do ambiente. Ela surge do nada. Para a gente fazer florescer uma democracia na vida da gente, no espaço da gente, é preciso construir e trabalhar todo o dia por ela”, afirmou.

Cármen Lúcia também defendeu o julgamento que teve o processo contra o núcleo crucial concluído na semana passada. “A primeira vítima de qualquer ditadura é a Constituição. Outro dia alguém me perguntou por que julgar uma tentativa de golpe, se foi apenas tentativa. Meu filho, se tivessem dado golpe, eu estava na prisão, não poderia nem estar aqui julgando”, pontuou.

A ministra também citou os documentos sobre o plano Punhal Verde e Amarelo, que consistia no assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice Geraldo Alckmin e do relator da ação penal no STF, Alexandre de Moraes. “Nesses julgamentos que estamos fazendo no curso deste ano, estava documentado em palavras a tentativa de ‘neutralizar’ alguns ministros do Supremo. E como eu falei em um dos votos, neutralizar não era harmonizar o rosto, para impedir que apareçam as rugas. Neutralizar é nem poder ter rugas,

Fernando Frazão/Agência Brasil



A ministra Cármen Lúcia comparou a ditadura à erva daninha, na Festa Literária da Casa de Rui Barbosa, no sábado, no Rio

porque mata a pessoa antes, ainda jovem”, ressaltou.

Articulação bolsonarista

Com a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro e o distanciamento entre o Palácio do Planalto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), devido à indicação de Jorge Messias para o cargo de ministro do STF, congressistas bolsonaristas ampliaram a pressão para pautar a anistia aos condenados nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Ainda sem texto, a

oposição tem articulado apoio e há previsão de que a proposta consiga ser votada amanhã na Câmara. O líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), declarou que tem se reunido com parlamentares, com Alcolumbre e com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para conseguir pautar a anistia. “Nós ainda não decidimos (o texto que será votado). O procedimento são diálogos que estão acontecendo duas, três vezes ao dia. Isso vai acontecer até segunda-feira, e a gente espera dar uma boa notícia ao Brasil, que

finalmente na terça vem a pauta e a gente vence essa matéria”, disse. Contudo, o texto dos sonhos do PL tem enfrentado resistência com o Centrão. Os líderes estão divididos, e quem apoia ressalva que é preciso conversar e negociar bem o texto antes da votação. Atualmente, o projeto que está em discussão é o PL da Dosimetria, de relatoria do deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP). O relator quer perdoar todos os manifestantes de 8 de janeiro. Já para os ex-integrantes do governo condenados por atentar contra o Estado Democrático de Direito haverá

redução de penas. Entretanto, o relator diz que não há data para apresentar o relatório nem acordo com o PL. “Ouvi as sugestões, mas sigo trabalhando no texto. Não há acordo. E reitero: anistia ampla não será pautada”, afirmou.

Briga de forças

A demora da Câmara em votar a anistia levou senadores aliados do ex-presidente a articularem um projeto dentro do Senado. O rompimento entre Lula e Alcolumbre também foi visto como

oportunidade. De acordo com Sóstenes, outros integrantes da oposição, como Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o líder Rogério Marinho (PL-RN), estão negociando com outros parlamentares e os presidentes das Casas para votar o texto o mais rápido possível. Flávio disse que seu pai pediu que ele buscasse apoio de Motta e Alcolumbre, enquanto o PL formalizou uma nova ofensiva para retomar a tramitação. “A anistia vai vir ou de lá (Senado) ou o nosso daqui, não sei. Estamos discutindo ainda, não abrimos mão ainda de apresentar o destaque de preferência, que é o nosso texto, que é o nosso sonho. O nosso ideal é apresentar o destaque de preferência e aí a Câmara delibera. Se a maioria tiver, vai pro Senado o texto dos nossos sonhos, que é a anistia dos fatos de 2019 até agora”, explicou Cavalcante. O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), disse ao **Correio** que pautar a anistia após a decisão do STF “seria interferência do Legislativo em uma decisão que já transitou em julgado”. Segundo ele, “há generais presos, há um ex-presidente preso, e qualquer tentativa de reversão colocaria o Parlamento em crise institucional”. O deputado afirmou que o partido vai adotar fechamento de questão caso a proposta avance. Além disso, Lindbergh defende que a mesa da Câmara declare a cassação do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), condenado por tentativa de golpe, e disse que “a decisão do STF é clara, há suspensão de direitos políticos e não cabe enviar o caso à CCJ”. Sobre a deputada Carla Zambelli (PL-SP), Farias complementa que “o procedimento deve ser o mesmo”, e destaca que manter parlamentares condenados e foragidos “é incompatível com o funcionamento da Casa”.

* **Estagiárias sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Diagnóstico de Alzheimer é de 2025, diz defesa de Heleno

» DARCIANNE DIOGO

A defesa do general Augusto Heleno apresentou ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), um documento com esclarecimentos sobre o estado de saúde do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo de Jair Bolsonaro (PL). Segundo os advogados, a informação de que Heleno teria recebido diagnóstico de Alzheimer em 2018 está incorreta. O parecer definitivo, afirmam, foi firmado apenas em janeiro de 2025. Os detalhes dos laudos médicos protocolados no processo foram revelados pelo **Correio** na quarta-feira, um dia após Moraes determinar

a prisão de Heleno, condenado a 21 anos por envolvimento na trama golpista. A manifestação foi protocolada horas depois de o ministro determinar à defesa a apresentação dos documentos que comprovem o diagnóstico de Alzheimer, no prazo de cinco dias. Diferentemente do relatório por Heleno ao ser interrogado pela médica responsável pelo exame de corpo de delito, a data de 2018 decorreu de um equívoco, alega a defesa. “[...] O que, provavelmente, deve ter sido um equívoco por parte do perito ao indagar ao requerente sobre seu estado de saúde, considerando que apresenta diagnóstico de Alzheimer e não tem condições de explanar sobre marcos temporais.”

Com exceção desse episódio, os advogados afirmam que não há menção à data de 2018 como início da doença. A defesa técnica apresentou alegações de que Heleno manifestou os primeiros sinais de falha de memória no fim de 2022, mas que o diagnóstico definitivo, com base médica, ocorreu apenas em janeiro deste ano. Os relatórios médicos protocolados na quarta-feira evidenciam a cronologia do quadro clínico do general, com resultados de exames, remédios prescritos e pareceres de consultas periódicas. Em dezembro de 2022, constam os primeiros sinais de falhas de memória. Em 2023 e 2024, Heleno passou por averiguações médicas, exames e acompanhamento com médicos

psiquiatra e geriatra. Em janeiro de 2025, confirma a defesa, veio o diagnóstico de demência mista: Alzheimer e demência vascular. Na manifestação, a defesa anexou uma planilha com a evolução do estado de saúde do general, com registros que vão de 2000 a 23 de novembro de 2025. Este último, detalhando a emissão do relatório médico especializado, em que reitera que o tratamento em regime fechado eleva as chances de agravamento do estado de saúde, em caráter irreversível. Ao final, a defesa pede a concessão da prisão domiciliar de Heleno, em caráter humanitário, com urgência. O general está detido no Comando Militar do Planalto, em Brasília.

Ed Alves/CB/DA Press



Heleno está detido no Comando Militar do Planalto



ROBERTO BRANT

"QUANDO AS INSTITUIÇÕES FALHAM OU SE ESGOTAM, NEM TUDO ESTÁ PERDIDO SE OS PAÍSES TIVEREM A SORTE DE CONTAR COM LIDERANÇAS COM A SABEDORIA E A INTEGRIDADE"

Um governo de transação tem seus limites

Há países, infelizmente raros, em que as instituições políticas da democracia predominam sobre o voluntarismo das lideranças e conseguem acomodar as diferenças de opiniões e de interesses e ainda canalizar as energias sociais para realizar os fins do Estado. Um exemplo bem marcante eram os Estados Unidos até o atual mandato do presidente Trump, cujo poder pessoal está agora desmontando um edifício constitucional de 250 anos. Se isto é um acidente de percurso ou uma mudança definitiva, só a história nos dirá no seu devido tempo.

Quando as instituições falham

ou se esgotam, nem tudo está perdido se os países tiverem a sorte de contar com lideranças com a sabedoria e a integridade necessárias para conduzir uma transição ordenada para outro sistema de instituições. Tivemos um exemplo disto em nosso próprio país, quando da transição entre a ordem autoritária e a democratização. Não fossem homens como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães dificilmente o regime militar teria sido encerrado sem violência e desordem.

Hoje, para nosso infortúnio, estamos vivendo no pior dos mundos. Nossas instituições políticas

chegaram a um desgaste extremo e não servem mais para assegurar a governança do Estado democrático, e ao mesmo tempo estão nos faltando lideranças políticas capazes de unir as opiniões e os interesses em direção a uma nova ordem.

As leis em vigor que regulamentam os partidos e o sistema eleitoral proporcional para a eleição para a Câmara dos Deputados promovem necessariamente uma tal dispersão do voto que é praticamente impossível a formação de uma maioria parlamentar orgânica para qualquer presidente. Sem maioria própria e sem

partidos de verdade com quem dialogar e acordar uma agenda comum de governo, o destino da governabilidade repousa na disposição política do presidente. Ele tem diante de si a difícil alternativa: ou realiza um governo de frente política, compartilhando o programa e as posições relevantes de governo, ou escolhe governar com o seu próprio programa e com seus partidários e transaciona com grupos parlamentares uma cesta de favores e vantagens, nem sempre republicanas, num regime puramente transacional. Esta segunda alternativa tem sido a escolha preferida do nosso Presidente Lula. Nos mandatos anteriores do seu partido, este regime transacional produziu crises e escândalos, mas manteve o governo funcionando. No atual, os surtos de polarização política estão afetando a fluidez do processo.

Agora que se aproxima a sucessão, esses arranjos começam a ruir. Diante do esvaziamento de sua base parlamentar, Lula parece que desistiu de governar. Está aprofundando o caráter partidário do governo e dobrando a aposta na polarização. Sua agenda é cada vez mais eleitoral, com o propósito explícito de defesa do poder. Para isso é preciso criar mais benefícios e despesas, pedindo a um Congresso hostil para aprovar mais receitas para cumprir as metas fiscais.

A oposição não tem qualquer projeto alternativo para o país, pois sua pauta única é a anistia para os condenados de 8 de janeiro e para o ex-presidente Bolsonaro. O país não tem instituições que o protejam, nem lideranças que o socorram.

Apesar da propaganda do governo e do silêncio da oposição,

o Brasil tem problemas sérios à frente. O endividamento público está caminhando para níveis perigosos. Neste mandato a dívida pública terá saltado de 72% do PIB para 83%, mais de 11 pontos percentuais. Os níveis de pobreza estão contidos, mas principalmente pela expansão das transferências de renda, que não tem como crescer mais daqui para a frente. Governo, Congresso e Judiciário parecem se mover em universos paralelos. O Estado está perdendo território para o crime organizado e há um forte sentimento de descrença da população em relação a todos os poderes e seus membros.

Nada disso é culpa isolada de um governo. São problemas que vêm de longe e todos somos culpados, de alguma maneira. Mas, agora, sem governo e sem oposição, estamos seguindo. Mas para onde?